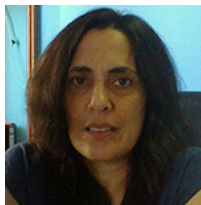


## *Portimão e Alvor*

### Marcas da História Marítima entre os séculos XV a XVII



Filomena Gomes Rodrigues

Doutoranda em Estudos Portugueses, Universidade Aberta

Mestre em Estudos Portugueses Interdisciplinares

Licenciada em Literaturas Modernas

[filomenagrodrigues@gmail.com](mailto:filomenagrodrigues@gmail.com)

#### RESUMO

A costa marítima algarvia, além da sua beleza natural, guarda muitos segredos da história das rotas mediterrânicas desde o primeiro milénio a. C.

O papel que duas freguesias do concelho de Portimão desempenharam na história marítima portuguesa entre os séculos XV e XVII merece ser mais divulgado. Foi com esse propósito que optei por me debruçar sobre a importância de Alvor e Portimão como polos de intercâmbio mercantil numa sociedade virada para a expansão marítima.

O concelho de Portimão abrange três freguesias, Alvor, Mexilhoeira da Carregação e Portimão. Nestes locais a flora e a fauna permitem a observação de matos mediterrânicos, sapais, antigas salinas, campos agrícolas, pisciculturas e um ecossistema aquático onde nidificam algumas aves durante o inverno. Mais para o interior não é difícil encontrar exemplares da palmeira-anã, únicos na Península Ibérica, ou árvores de fruto tão características na tradição frutícola algarvia como a alfarrobeira ou os citrinos. Aqui e ali cruzamo-nos com turistas que fotografam enlevados os nossos monumentos, que nos questionam, sobre a nossa história. Neste trabalho estão reveladas algumas dessas respostas que me deram a conhecer melhor estas duas localidades que vim a conhecer há alguns anos. Os estudos de historiadores como Iria Alberto e Romero de Magalhães foram um contributo imprescindível neste trabalho. Lugar importante também para o livro de Maria da Graça Maia Marques, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, que em conjunto com um coletivo de colaboradores resultou numa das obras que consultei mais apetecíveis de ler e folhear, pelo seu todo.

**Palavras-chave:** Portimão; Alvor; História Marítima; Séculos XV-XVII.

## 1. *As Marcas da História Marítima em Portimão e Alvor entre os Séculos XV a XVII.*

Como conjunto o Algarve abre-se ao mar e às rotas marítimas, ao comércio inter-regional e internacional. Comércio marítimo e fluvial. Um mar por onde facilmente se chega a Lisboa, à Andaluzia, ao norte da Europa, ao Levante (especialmente valenciano e catalão). Um rio por onde se penetra no Alentejo. Em contraste uma serra que torna difícil a circulação. Que não deixaria de estar sempre a ser atravessada se para tal houvesse motivo. Mas que interessava a despovoada charneca alentejana? Que atracção? Mercadejar com quem? Pelo contrário não se apagou ainda a ligação quinhentista com o reino de Sevilha...

Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve Económico*,<sup>1</sup>

Ao estudarmos as relações sociais, no final da Idade Média, entre o litoral algarvio e os descobrimentos apercebemo-nos que existem traços geográficos comuns entre esta região e a Andaluzia. A presença de pescadores andaluzes em águas portuguesas é constante e pacífica. Entre os dois reinos foram destetados ao longo dos tempos movimentos de contrabando.

O Algarve sofreu durante o século XVI represálias de piratas e corsários que dificultavam o tráfico de contrabando de atum, entre outras mercadorias transportadas desde a costa do continente americano. Algumas localidades como Alvor, Albufeira, Cacela, Castro Marim e Vila Nova de Portimão possuíam bons castelos mas, os ataques às embarcações e naus, não evitaram o declínio da atividade mercantil que durante o século XV enriqueceu muitos mercadores.

O aumento do mercantilismo exigia uma melhoria nas embarcações, com capacidade para transportarem uma maior quantidade de produtos. Apenas como nota de esclarecimento é adequado relembrar que as naus eram barcos de grande porte que transportavam uma tonelagem maior de mercadorias e tinham condições técnicas para fazerem viagens longas. As embarcações estavam limitadas a curtas viagens e menor peso de carga.

Nos casos de perigo na costa algarvia a defesa era da responsabilidade das Ordenanças militares, reformuladas por D. João II em 1549. O capitão-mor de cada conselho dispunha de um exército composto pelos capitães de infantaria e gentes de cavalo, os *alardos*. Quem ataca o Algarve no século XVI são os mouros, no século XVII juntam-se os

---

<sup>1</sup> Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve Económico 1600-1773*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p.19.

empresários argelinos e marroquinos atuando nas costas marítimas e no alto mar. A pirataria é de tal forma agressiva e frequente que o soberano altera uma lei que condicionava a posse de espingardas de pederneira a pessoas de certos estratos, para que a todos os algarvios fosse permitida a posse de armas para defesa. A Vila de Alvor era umas das terras litorais que corria mais riscos pelas características das suas praias. Vigiada por dezoito pessoas, distribuídas em grupos de três por pontos estratégicos entre, Vila Nova de Portimão e Meia-Praia.

A pequena aldeia de Alvor era, no século XV, um pequeno tesouro subordinado à jurisdição de Silves. As longas estadias do Infante D. Henrique no Algarve, em terras fronteiriças a Alvor, levaram os moradores da aldeia a manifestarem-lhe o desejo de verem a sua aldeia promovida a vila, o que significava, ficarem independentes de Silves mas em contrapartida sob a alçada do Infante. De imediato a solicitação mereceu o aval do eleito para a contenda. Esta era uma terra de gentes habituadas ao mar acrescentando-se o facto de ser rica em fruta e peixe. Em Silves o desagrado manifestou-se pela oposição a tal intenção, provavelmente foram nas cortes de Santarém reunidas em 1430 que a petição foi apresentada pelos procuradores de Silves.

Cabe aqui anotar que persistem algumas dúvidas sobre a data em que o procurador de Silves requereu a D. João I o pedido mencionado, mas considerei o estudo, sobre este assunto, de Alberto Iria que sustenta a sua convicção de que o rei D. João I emitiu um diploma sobre esta matéria na sequência da assembleia mencionada:

Contudo, pela Carta, até ao presente inédita, subscrita por D. João I em Lisboa, a 5 de agosto de 1431, endereçada aos juizes, concelho e homens-bons da cidade de Silves (*Sillue*), parece poder agora afirmar-se terem sido nelas apresentados «*huÿs capitollos...*» especiais daquela cidade algarvia. O Monarca, embora não se refira naquele diploma às Cortes de Santarém de 1430, diz, no entanto, ter visto «*huÿs capitollos*» que da parte do concelho e homens-bons da cidade de Silves, lhe «*forom presentados...*», anteriormente decerto, na supracitada assembleia, como aliás parece bastante provável, lógico e verosímil.<sup>2</sup>

Para que tenhamos um melhor conhecimento é importante ler a carta de D. João I acima referida:

---

<sup>2</sup> Alberto Iria, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas Nos Séculos XV e XVII, (Subsídios para a sua história) I 1404-1449*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

Dom Joham pella graça de Deus Rey de portugall e do algarue e Senhor de çepta A bos eja e concelho E homeens boos da nossa eja e de sillue E a outros quaesquer que esto ouuerem de beer a que esta carta for mostrada eja sabede que nos bjmos huũs capitollos que nos da uossa parte forom presentados Em os quaes antre as outras cousas Era conthudo que essa eja E seus termhos senpre forom da nossa coroa Reall E da nossa Jurdiçom E que ora nouamente algũs da eja daluor que he termho dessa eja e se forom ao Jffante dom anrrique *meu filho* e se fezerom seus dizendo lhe que ele pedisse a Jurdiçom a Jurdiçom da dicta eja E os fezesse isentos da Jurdiçom da dicta eja E fezesse a dicta eja billa E a ouuesse eja sij E que o dicto Jffante dom anrrique meu filho uos escrepuera sobre ello e bollo enbiara pedir ao quall uos derades em Resposta que erades nossos e a dicta alldea E que o nom farades E que porem nos pediades por merçe que nom eja e íssemos que a dicta eja e termhos della com sua Jurdiçom fosse doutrem saluo nossa E da nossa coroa como senpre fora E posemos tall castigo aos da dicta eja que outra bez nom ousasem esto mais fazer. A este capitollo Nos Respondemos e mandamos que se a dicta eja he do termho dessa eja e E a Jurdiçom della que asi o eja E nom doutro nenhuũ...<sup>3</sup>

A contenda não deixou de afetar o Infante D. Henrique que, segundo o autor do estudo já citado, teria enviado uma carta ao concelho de Silves da qual recebeu uma resposta negativa às suas pretensões. Desconhece-se o teor das missivas mas o historiador não duvida em afirmar que o Infante, além de não encontrar apoios nas gentes de Silves, ainda assistiu ao requerimento desta cidade pedindo a devolução de Alvor. Anos mais tarde, quando o rei D. Afonso V lhe faz a doação definitiva de Alvor, as intenções integracionistas de Silves voltam a manifestar-se.

A atual bandeira do município de Portimão, seguindo a vexilologia, apresenta como brasão as figuras de um rei cristão de tez branca com uma coroa em ouro e outro rei mouro, de raça mais escura com um turbante em prata. Esta simbologia, adotada como brasão do Algarve, que alude à reconquista cristã do território aos mouros, não deixa de ser curiosa se tivermos em conta as rivalidades entre mouros e portugueses, as disputas tanto em terra como no mar. A superioridade do rei cristão que destrona o rei mouro permitiu que a partir do reinado de D. Afonso III os reis portugueses se intitulassem, *Rei de Portugal e dos Algarves*. A História acabou por proporcionar aos portugueses a supremacia do território, e, esta simples manifestação de manter entre os dois povos uma coexistência pacífica.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p. 195.



*Bandeira Municipal de Portimão*

No ano de 1445 foi criada em Lagos uma feitoria com o intuito exclusivo de comercializar com Arguim, uma ilha que se situava relativamente próxima da região Sul e descoberta em 1443 por Nuno Tristão. No início os portugueses começaram por fazer escravos alguns dos nativos embora as rebeliões constantes poderem estar na origem de uma nova fórmula para explorar a ilha rica em peixe e água doce. Instalada na ilha uma feitoria, que pertencia a D. Henrique, os árabes trocavam aí escravos negros e palhetas de ouro por outras mercadorias muito procuradas na época como os panos, prata e trigo.<sup>4</sup>

A nova política régia passou pela fundação de uma fortaleza, um entreposto de abastecimento e comercialização de bens entre as feitorias de Lisboa e Lagos. Após a morte de D. Henrique é encerrado o entreposto de Lagos que comercializava com Arguim e uma outra feitoria que se destinava ao comércio com a Guiné.

A inquisição vem assustar os mercadores que transacionam nesta zona costeira, os receios de represálias afastam-nos para outros portos. Uma das famílias de mercadores de Portimão, os Gramaxo, teve durante um longo período problemas com a inquisição, mais propriamente entre os séculos XVI a XVIII. No ano de 1505 nasceu Inês Gramaxo que casou

---

<sup>4</sup> Fortunato de Almeida, *História de Portugal, Instituições Políticas e Sociais de 1383-1580, 1580-1816*, Vol.II Bertrand Editora, Chiado, 2004, p. 254.

com um cristão-novo, Luís Fernandes. Desta união se inicia o traço sucessório cronológico de uma linha de outros cristãos-novos que serão vítimas de perseguições, prisão e morte.

O Algarve dispõe de uma localização geográfica muito satisfatória para quem pretende, na época, rumar a destinos como a América ou a Índia. Os mercadores destas paragens veem com bons olhos as oportunidades de negócio noutras regiões. Os casos de enriquecimento também favorecem as migrações. «*Vila Nova de Portimão era uma das placas giratórias desta gente que procurava do Algarve atingir as Índias e terras de Além-Mar.*»<sup>5</sup>

Muitos foram os residentes das terras algarvias que povoaram os Açores e a Madeira. Alguns estudos mais recentes, da autoria de madeirenses que analisam o rol de nomes que consta na lista dos primeiros habitantes das ilhas, presumem que os minhotos estariam em maioria seguindo-se então os algarvios muitos da casa do infante. A toponímia destas ilhas é um sinal dessa presença, uma presença reconhecida em locais onde se atribuíram nomes iguais ou derivados das regiões de onde eram oriundas essas pessoas, lugares como Machico ou Algarvio. Prova dos movimentos migratórios dos portugueses e dos algarvios, está no facto dos marinheiros portugueses encontrarem, nas mais longínquas paragens, gentes do Algarve como aparece documentado nos inúmeros relatos escritos de vários autores, entre eles Fernão Mendes Pinto ou Bernardo Gomes de Brito. Os marinheiros do sul de Portugal eram ágeis no manejo das caravelas latinas além de possuírem habilidade na sua construção e reparação. Estas aptidões foram reconhecidas por Pêro de Faria que sentiu a falta de mais homens do Algarve, de Loulé e Lagos para manejar as caravelas.

O século XVII trouxe ainda ao sul do reino a temida epidemia que pululava já por Portugal. No ano de 1601 ocorrem os primeiros casos da doença que se agravam rapidamente e continuam até meio do ano seguinte. Este acontecimento que alastra a Alvor impede que os habitantes tentem sair para outras terras que não os aceitam. Há conhecimento de decisões camarárias a decretar a proibição de acolher gentes provenientes de terras onde haja peste, exemplo dessa medida é a decisão camarária de Loulé em 27 de outubro de 1601. A ter em conta o que escreve sobre este assunto Romero de Magalhães, a peste em Portimão e Alvor provocou muitas mortes durante quinze meses mas não é a peste a principal causadora dos óbitos, a fome tem a sua culpa. Nos locais onde havia peste era

---

<sup>5</sup> Romero de Magalhães, *op.cit.*, p. 366.

difícil comercializar produtos, especialmente o trigo, e os mercadores necessitavam de licenças para o efeito<sup>6</sup>.

O litoral algarvio era, nos séculos XV e XVI, um entreposto de abastecimento de cereais dos Açores e açúcar da Madeira, chegando a reenviar estes produtos para as fortalezas portuguesas em Marrocos. Nos finais do século XVI são relevantes no comércio internacional de atum, os portos de Lagos e Faro. Vila Nova de Portimão e Faro são portos de exportação preferencial para frutos secos.

Os algarvios sempre estiveram favoráveis à manutenção das nossas fortalezas no norte de Africa. Depois do desastre de Tanger são instaladas nesta província algumas famílias que são alojadas por ordem do governador. Em Alvor e Vila Nova de Portimão são alojados 77 casais e 273 pessoas, outros são distribuídos por Lagos, Faro e Tavira. Com o aumento do número de fogos aumenta também o número de pessoas para trabalhar, por sua vez também serão muito importantes na defesa da costa por serem gente experiente na guerra.

Os estrangeiros sempre viram no Algarve uma boa fonte de rendimentos e a cidade de Faro acolhe muitos desses homens que fazem uso da ria para a recolha e distribuição das mercadorias. Tal escolha não é de estranhar porque o Algarve não dispunha de boas vias terrestres. Quem viajasse de Lagos para Faro tinha de enfrentar um trajeto marítimo de barca até Alvor, outra barca até Portimão para depois seguir por terra. Os caminhos eram de tal forma deficitários que os habitantes das diversas localidades eram arrolados para efetuarem as reparações. Outros casos tornavam-se mais difíceis como na via entre Monchique e Portimão. As inúmeras pontes asseguravam a passagem de pessoas e carretas e o isolamento estava iminente quando estas ficavam intransitáveis.

**1.1 A economia marítima.** O Algarve ruralizou-se e os casarios apareciam dispersos pelas terras, muitas vezes isolados por falta de estradas ou meios de transporte. A crise atingiu todas as camadas sociais. No século XVI as receitas anuais com o comércio do atum estimavam-se nos 31 000 000 réis, o seu decréscimo acelerado durante os séculos XVII e XVIII entregou-nos valores médios de 700 00 réis de receita. São muitas as causas responsáveis por este decréscimo. Entre essas causas está o desinvestimento por parte dos armadores, o aumento dos encargos fiscais, a falta de atum, redes inapropriadas para a

---

<sup>6</sup> Idem, p. 43.

captura do peixe e até a desmotivação dos pescadores em permanecerem longas horas no mar, ainda há que mencionar a ação dos corsários sobre as embarcações portuguesas.<sup>7</sup>

Até 1575 a atividade piscatória era controlada pelo provador das almadravas que tinha a seu cargo várias funções de fiscalização. Quando as almadravas passam ao sistema de arrendamento por contrato, o provedor mantém a função de um fiscal superintendente.

Apercebendo-se da fragilidade económica dos armadores e das consequências deste empobrecimento que afetava também os fidalgos, as rendas régias sobre as almadravas são aliviadas mas a medida tomada em 1620 coincide com um período em que os mercados já estão virados para a pesca do bacalhau e existe uma depressão económica generalizada. Os mercadores que ainda possuíam capacidade para investir viram-se agora para outras zonas de pesca na procura do bacalhau. Esta atitude valeu-lhes a perseguição pelos inquisidores.

A Inquisição de Évora inicia a sua ação sobre o Algarve nos inícios do século XVII. As iniciativas de visitação contêm-se um pouco nos seus métodos, a fama de aqui viverem gentes muito honradas e cavaleirosas exige-lhes algum recato. Os processos do Tribunal Inquisitorial de Évora em relação ao Algarve mencionam que foram levantados 219 autos em Portimão e apenas 2 em Alvor. Um facto curioso de salientar é que a maioria destes processos se reporta a acusações sobre mulheres.

Não é minha intenção aprofundar neste trabalho a ação da inquisição junto das comunidades residentes nesta província, um estudo interessante mas desviado da temática proposta, assinalo porém a obra em referência do professor Romero de Magalhães como extremamente interessante e esclarecedora da história do Algarve no período inquisitório.

A recuperação desta atividade piscatória vai gradualmente acontecendo e caminha para o desenvolvimento da indústria das conservas. A indústria conserveira desempenha um papel importante e progressivo no Algarve até finais do século XIX.

Ser proprietário de uma embarcação em meados do século XVII configurava uma cómoda situação económica. A sardinha é o peixe miúdo mais abundante da costa. Numa tentativa de controlar este comércio que tendia a fugir aos impostos, são estabelecidos pontos de venda, as lotas, em Tavira, Faro, Vila Nova de Portimão e Lagos. Alvor regista um bom crescimento económico e passa a ser um importante centro da arte do arrasto ou xávegas. Nesta terra e numa extensão considerável até Montes de Alvor encontravam-se as

---

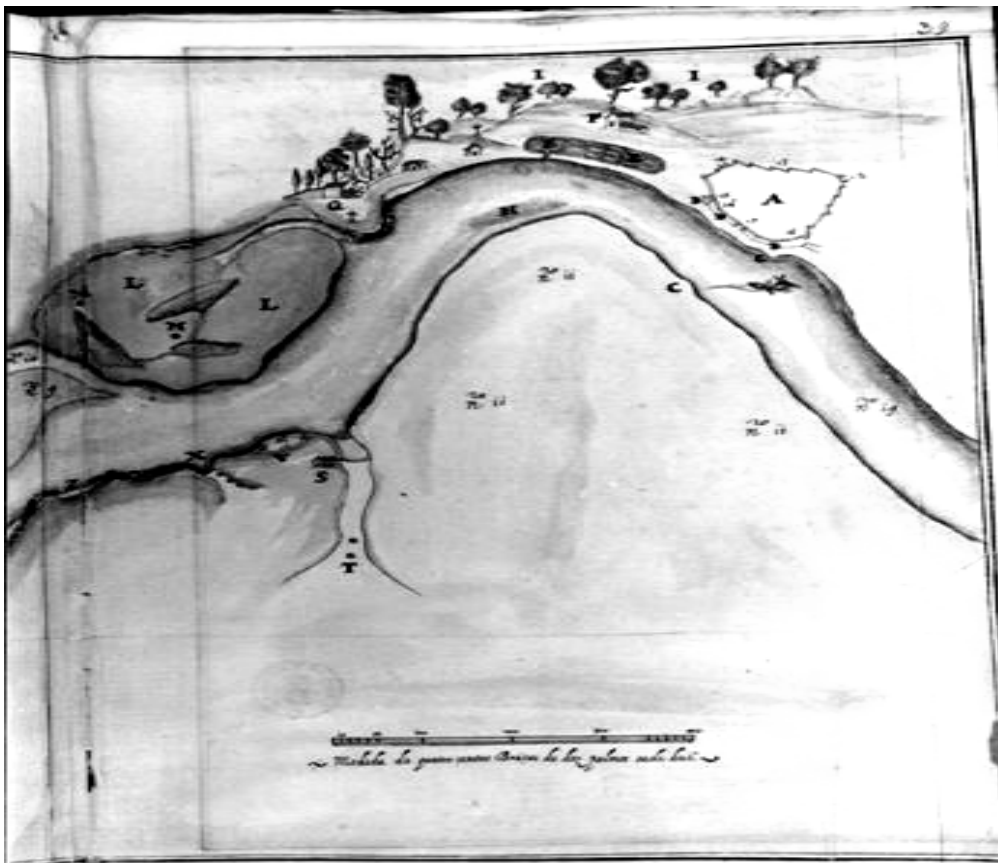
<sup>7</sup> Idem, pp. 196-97.



marinhas que abasteciam de sal a cidade de Lagos. O sal era um produto exportado em pequenas quantidades mas muito usado em Portugal desde o século XV, quando os sicilianos nos ensinam os processos de salga do atum e mais tarde, no século XVIII, os catalães também dão a conhecer outra forma de salgar o peixe. A salga do peixe assumia na época uma importância superior porque todo o pescado corria risco de se perder se a salga fosse mal feita, provocando avultados prejuízos como aconteceu em Monte Gordo entre os anos de 1775-76.

As marinhas de sal também estavam sujeitas a riscos e os seus proprietários nem sempre gozavam dos rendimentos esperados.

As marinhas estavam sujeitas a acidentes. Uma maré viva tempestuosa e lá se ia o sal. Ao conde de Vila Nova, em 1697, alargaram-se, "estando para tirar sal" e só renderam 26 moios.  
Com todas estas dificuldades algumas salinhas terão sido abandonadas.<sup>8</sup>



*Planta da Vila de Alvor (1607,1617)*

*Torre do Tombo*

<sup>8</sup> Idem, p. 211.

Os portos algarvios continuavam no século XVII a marcar a sua importância na exportação de frutas e contrabando. Até ao ano de 1620 o contrabando de prata espanhola enriquece muitos mercadores-carregadores algarvios. Há registo, que entre os anos de 1620-1660, o tráfico diminui em resultado da vigilância apertada que a Casa de la Contractación exerce. Nos anos de 1629-1630, a França sofre uma nova crise epidémica e as exportações do Algarve para estas regiões baixam consideravelmente. No entanto alguns navios ainda aportam anualmente na Vila de Portimão e Faro que regista uma movimentação superior ao habitual mas, na maioria, este contrabando mudou-se para Cádiz. O comércio e transporte de frutas não é controlado de forma tão acérrima como outros bens uma vez que as terras produtoras dos frutos estão na posse dos nobres que controlam e ditam os regulamentos.<sup>9</sup>

Os nobres poderiam ser os proprietários das terras mas os mercadores, na sua maioria estrangeiros, é que requisitavam os serviços de barcos que por sua vez eram propriedade de homens do norte de Portugal. Os números citados por Maria da Graça Marques, a título de exemplo, referem que dos mercadores algarvios com interesses em Bruges apenas 9 são do Algarve e 35 são do norte de Portugal.<sup>10</sup>

No *Livro da Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica*, do clérigo António Carvalho da Costa, dedicado ao rei D. Pedro II, o autor qualifica Vila Nova de Portimão como uma terra rica em figos, cercada por hortas, vinhas e pomares, banhada por um rio onde há saborosos peixes e acrescenta que o porto tem capacidade para umas duzentas naus. A barra de Alvor apresenta condições singulares para o desembarque de mercadorias.

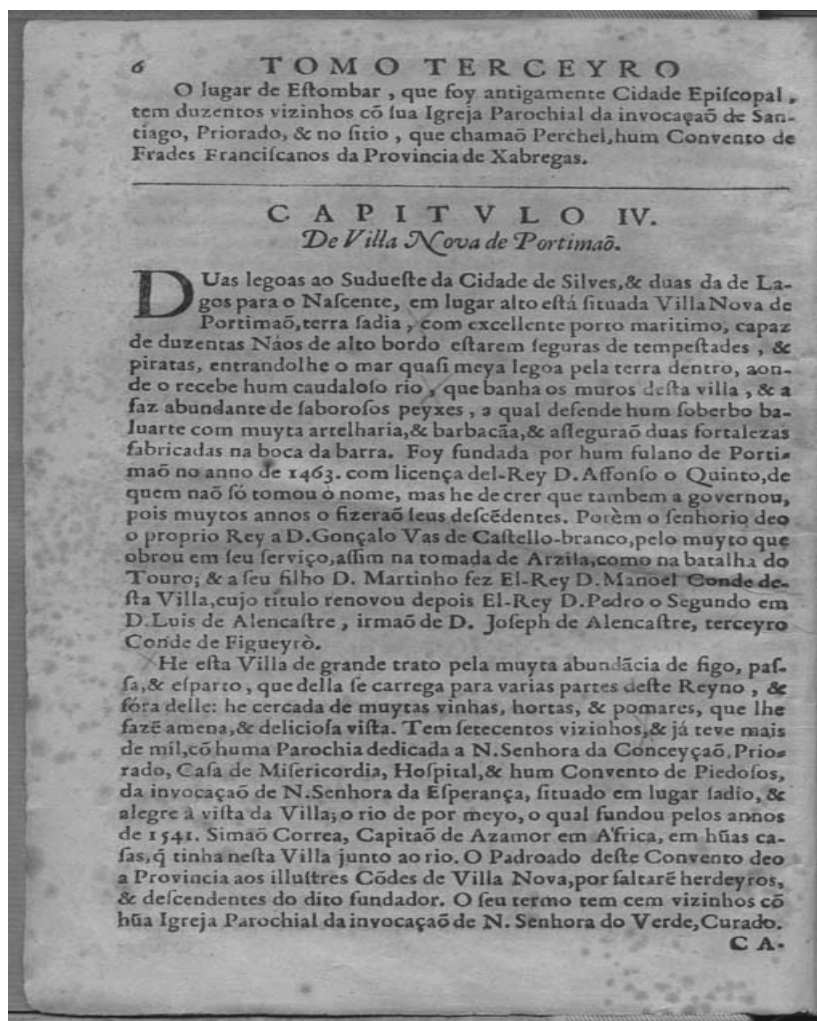
Em 1621, Massai descreve a zona ribeirinha de Alvor com estas palavras: «...um braço de mar que entra com o rio e chega até às casas desta vila e por ele podem entrar de preamar, barcos, e caravelas, e setias pequenas».<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Idem, p. 259.

<sup>10</sup> Marques, *op.cit.*, p. 133.

<sup>11</sup> Livio da Costa Guedes, *Aspectos do Reino do Algarve Nos Séculos XVI e XVII. A «Descrição de Alexandre Massai (1621)*, Arquivo Histórico Militar, 1998, Lisboa, p. 173.



COROGRAFIA PORTUGUEZA, E DESCRIPÇAM TOPOGRÁFICA,

TOMO TERCEIRO, p.6

A importância das terras vê-se também pelo número de habitantes, fogos e pela sua variação ao longo dos anos. Numa tabela apresentada por Romero de Magalhães vemos que no ano de 1527 Vila Nova de Portimão tem 634 fogos e Alvor 163, no ano de 1637 esse número aumenta para 720 fogos em Portimão, decresce em 1722 para 554. A sua posição é desvalorizada embora Vila Nova de Portimão continue a ser uma vila por foral. A par destes dados sabemos também que o consumo de carnes nobres, como o boi, é extremamente reduzido, de alguma forma é um indicador próprio das zonas rurais uma vez que aí não se abatem esses animais utilizando-os sim para os trabalhos de lavoura.

**1.2 Vestígios arqueológicos.** A Vila de Portimão tem origem num povoado que se aglomerou na margem direita do rio Arade, S. Lourenço da Barrosa, mais tarde foi chamada de Vila Nova de Portimão. O primeiro Conde desta terra foi D. Martinho de Castelo Branco, regedor da Casa Cível e vedor da fazenda junto da corte de D. Manuel.

Aqui viveram fenícios, gregos e cartagineses explorando as vantagens da costa algarvia para as suas trocas comerciais. Árabes, espanhóis e portugueses navegaram por estas águas. Vestígios da movimentação dessas embarcações têm sido encontrados e alguns recuperados pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica. No ano de 2002 em Alvor, no sítio da Prainha -Praia dos Três Irmãos, uma equipa de mergulhadores deste centro recuperou um cepo de âncora em chumbo, pregos de cobre e bronze e defesas de elefante. No rio Arade o achado de uma quilha e de restos de uma nau que se presume datarem do século XV, vêm fundamentar os estudos que mencionam o naufrágio de algumas embarcações nesta zona e a presença, ao longo dos séculos, de uma intensa atividade marítima tanto no rio como na costa atlântica.

Alguns destes achados encontram-se submersos num areal que esconde artefactos de várias épocas e não é raro encontrar-se uma peça que corresponde à ocupação árabe, por exemplo, com outra que é datada do século XV. Lembremo-nos que as águas algarvias e as porções de terras adjuntas são ocupadas desde o primeiro milénio a.C.

Alguns dos locais ofereciam ainda uma vista estratégica do horizonte como observamos na Ipsa ou Vila Velha de Alvor que se estendia pela colina assegurando o domínio da entrada da ria pelo lado nascente, por se situar na linha frontal com Lagos, Monte Molião. Não era difícil à população controlar os acessos, fluviais e marítimos, bem como usá-los em seu proveito.

**1.3 Cultura e Monumentos.** D. Jerónimo Osório foi um humanista de formação intelectual notória como filósofo, jurista e teólogo em universidades estrangeiras. Fundou em Lagos e Portimão escolas públicas de latim que subsidiava do seu bolso auxiliando os alunos com poucos recursos. O seu nome é mencionado por Romero de Magalhães a propósito dos encargos tributários que os armadores sofriam e a sua posição crítica face à gravosa situação da pesca do atum.<sup>12</sup> É conhecido o seu carácter humanista na defesa dos desfavorecidos e em especial dos agricultores. Nos tempos de boas colheitas recolhia alguma da produção, como paga do dízimo, para que mais tarde os agricultores pudessem comprar esses cereais a um preço muito mais baixo.<sup>13</sup>

A sua Biblioteca na diocese de Faro contava com um riquíssimo espólio quando foi saqueada pelos ingleses em 1596, quando estes fizeram escala no porto de Faro no regresso

---

<sup>12</sup> Idem, p. 199.

<sup>13</sup> Idem, p. 222.

do ataque a Cádiz. Os livros mais valiosos, por apresentarem melhor encadernação, foram oferecidos pelo comandante do navio saqueador, o Conde Essex, a Sir Thomas Bodley.

O Convento de S. Francisco, em Portimão, foi construído em 1515 ou 1530, num terreno onde existiam umas casas velhas que foram doadas por Simão Correia, capitão de Azamor, aos Padres Observantes da Província de Portugal. O Convento, propriedade da família Júdice Fialho, encontra-se atualmente em muito mau estado apesar de ter sido reconhecido como imóvel de interesse público.

Em 1621 Alexandre Massai, engenheiro italiano, delineou os esboços de uma fortaleza que permitisse a defesa das populações que viviam nas margens do rio Arade. Foi aprovado o projeto de construção na Praia da Rocha, num dos extremos da praia com vista para Ferragudo e Alvor.

Esta construção do século XVII foi inicialmente composta por uma ponte levadiça na entrada da fortaleza, rodeada por muralhas com seis canhoes. No interior da fortaleza ficou a pequena capela de Santa Catarina de Baixa-Mar onde o povo ia rezar e pedir auxílio.

Muito visitada por historiadores, apreciadores e turistas é a Igreja de Alvor cujo portal é apreciado pela escultura manuelina e considerado o mais interessante de todo o Algarve.

Aos poucos a arqueologia tanto no terreno com no meio subaquático vai trazendo a descoberto novos tesouros. Equipas de mergulhadores e arqueólogos, com aval do estado, convidam o público a acompanhá-los até ao fundo do mar, ou do rio e presenciarem os trabalhos arqueológicos que aí decorrem.

Os arqueólogos e historiadores continuaram certamente, por muito tempo, a “descobrir” o Algarve.

**Nota final.** Ao percorrer os caminhos de Portimão e Alvor se alcançarmos com o olhar o oceano Atlântico, o rio Arade ou a Ria de Alvor podemos imaginar como era fácil aos marinheiros e mercadores alcançarem os povoados e daqui seguirem várias rotas. Não têm estas terras a importância de Lagos, Faro ou Silves nos compêndios de História mas em boa verdade muito se pode explorar ainda para se escreverem mais umas páginas na história do Algarve.

O historiador e bibliotecário, Alberto Iria foi, até à sua morte em 1992, um extraordinário investigador sobre o Algarve. Em muitas das notas de rodapé que escreveu mencionava com detalhe as suas fontes, expressava os seus pontos de vista e abria espaço para que se aprofundassem ideias. Certamente o caminho está aberto nessa direção.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES**

#### **Manuscritos:**

ACMLx – ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE Lisboa:

Livros 1º. e 2º. do Provimto de Saúde.

Livros 4º.5º. e 6º. De Consultas e Decretos do Príncipe D. Pedro.

ADF – ARQUIVO DISTRITAL DE FARO:

Fazenda. Livros de recibo do convento de Santo Agostinho de Tavira.1607 -1717, 1718 -1744 e 1745-1790; Livro do gasto do convento de Santo Agostinho de Tavira, 1686-1696.

Registos Paroquiais: Faro-Silves-Algô: Livros 1 e 2 de Mistos, 1 a 6 de Baptizados e 1 e 2 de Óbitos; Faro-Faro-São Pedro: Livros 1 e 2 de Mistos, 1 a 6 de Baptizados, 1 a 3 de Casamentos e 1 e 2 de Óbitos; Faro- Faro-Sé: Livros 1 e 2 de Mistos, 1 a 10 de Baptizados, 1 a 7 de Casamentos e 1 a 6 de Óbitos.

APML – ARQUIVO PAROQUIAL DE MARTINLONGO: Livros das confrarias das Almas, Santíssimo Nome de Jesus, Nossa Senhora do Rosário e S. Brás.

APSPF – ARQUIVO PAROQUIAL DE S.PEDRO DE FARO: Rol dos confessados, 1740.

AS Vaticano – ARCHIVIO SECRETO VATICANO: S. C. Conc., nº 635 A 635B.

BA – BIBLIOTECA DA AJUDA:

Códice 54-XIII-4.

Symmicta Lusitânia, vol. XCIII, t. I.º.

BAC – BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA:

Manuscritos Azuis n.º 402, 403 e 404.

Manuscritos Vermelhos n.º 166.

BALx – BIBLIOTECA DA ALFANDEGA DE LISBOA:

Registo de fianças, 1 (Castro Marim).

Registo de ordens, alvarás, etc., n.º 11-1 a 11-6 (Faro).

Registo de visitas e embarcações, 12-1 a 12-4 (Faro).

Registo de despachos, 17-1 e 17-2 (Faro).

Livro que há de servir para se carregar nele o direito dos portos secos, 189 (Faro).

BGUC – BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA:

Manuscrito n.º 480.

BMF – BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO

Livro de Registo, n.º 1.º, 2.º e 3.º.

BMT – BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TAVIRA:

Reforma dos tomos, tomos 1 e 2.

BNL – BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA:

Reservados, Fundo Geral, Códices n.º 864, 866, 867, 868, 1525, 1526, 2700, e 10 835; Pombalina, n.º 442.

BNViena – BIBLIOTECA NACIONAL DE VIENA DE AUSTRIA:

Códices Hispanici, n.º 9937 (microfilme).

BPAD – BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA:

CCódice CIX/1-1.

BSSL – BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA:

Colecção Vidigueira, Códice 4.

CF – ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE FARO:

Livros de sisa e 2% do mar: 1739-1741 e 1757.

Vereações: 1680-1663; 1702-1708; 1713-1718; 1727-1732; 1738-1744; 1752-1756.

CL – CAMARA MUNICIPAL DE LOULÈ:

Livro dos capítulos de correcções, 1619-1678.

Livro das décimas de 4 e 1/ 2%: 1729,1738,1747 e 1757.

Livros dos expostos, 1717-1727 e 1727-1736.

Livros de receita e despesa: 1637-1643, 1643-1650, 1750-1758.

Livros de Registos e Provisões: 1679-1686, 1700-1708, 1708-1711, 1711-1714, 1738-1759, 1751-1756, 1759-1768, 1760-1761 e 1768-1772.

Pautas de vereadores: 1605,1614,1617,1623, 1630, 1642, 1650, 1653, 1659, 1671, 1680,1683, 1686, 1689, 1692, 1695, 1698, 1704, 1713, 1716, 1719, 1725, 1728, 1734, 1737,1740, 1748, 1756, 1761, 1764 e 1773.

Vereações: 1600-1602, 1602-1603, 1604-1606, 1612-1614, 1618-1619, 1622-1623, 1628-1630, 1637, 1640-1641, 1645-1646, 1648-1649, 1650,1650-1651, 1651, 1652, 1652-1653, 1653, 1655-1656, 1659-1662, 1662-1663, 1669-1670, 1671-1672, 1672-1674, 1675-1676, 1677-1678, 1678-1679, 1679-1680, 1682-1683, 1686-1687, 1701-1704, 1705-1709, 1721-1723, 1723-1724, 1724-1727, 1727-1729, 1729-1731,1731-1734, 1734-1737, 1737-1740, 1740-1742, 1742-1744, 1744-1746, 1746-1748, 1748-1752 e 1752-1757.

COLECÇÃO ALBERTO IRIA:

Bacharel José Viegas de Andrade, Suplemento ao Memorial Económico.



#### GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES:

Alexandre Massay, Descrição do Reyno do Algarve.

#### ARQUIVO DA MESIRICORDIA DE FARO:

Acórdãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia: 1686-1753.

Cadernos do Chaveiro: 1685-1686, 1690-1691 s 1694-1695, 1698-1699 e 1699-1700, 1701-1702 a 1703-1704, 1706-1707 e 1707-1708, 1709-1710, 1713-1714, 1715-1716 a 1719-1720, 1721-1722 a 1735-1736, 1737-1738 e 1738-1739, 1740-1741 a 1748-1749, 1750-1751, 1752-1753, 1754-1755 a 1756-1757, 1758-1759 a 1763-1764, 1765-1766 a 1770-1771.

Livro das entradas dos expostos na roda, 1720-1733.

Livros das entradas dos que entrão no Hospital a curar: 1716-1717 a 1734-1735.

Livro do Padrão, Provisões, e mais papéis pertencentes a esta Santa Casa da Misericórdia de Faro, 1702-1779.

Livros de conta geral da Santa Casa da Misericórdia de Faro: 1686-1687, 1687-1688, 1692-1693, 1694-1695, 1696-1697 a 1698-1699, 1700-1701, 1701-1702, 1704-1705, 1706-1707 a 1718-1719, 1722-1723 a 1731-1732, 1734-1735 a 1751-1752, 1753-1754 a 1763-1764, 1765-1766 e 1768-1769 a 1773-1774.

Livros de receita e despesa por lembrança do tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia: Livros de 1685-1686, 1689-1690, 1691-1694, 1695-1696, 1699-1700 a 1739-1740, 1741-1742 a 1752-1753 e 1754-1755 a 1773-1774.

#### ARQUIVO DA MISERICORDIA DE TAVIRA:

Hospital do Espírito Santo, Contas 1751-1752.

#### MUSEU REGIONAL DE LAGOS:

Livros de receitas e despesa do tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia de Lagos: 1665-1666, 1667-1668, 1669-1670, 1671-1672, a 1673-1674, 1675-1676, 1678-1679, 1685-1686, 1687-1688 a 1692-1693, 1697.1698, 1701-1702, 1703-1704 a 1719-1720, 1721-1722 a 1724-1725, 1726-1727 a 1730-1731, 1732-1733 a 1738-1739, 1741-1742 a 1773-1774.

#### Paço – BIBLIOTECA DA PAÇO EPISCOPAL DE FARO:

Livro de registo dos roes de confessados, 1672-1717.

Visitações da Igreja de S. Pedro de Faro (estante 32).

#### Sé – ARQUIVO DO CABIDO DA SÈ DE FARO:

Acórdãos do Cabido: 1667-1681, 1682-1701, 1701-1718, 1719-1730, 1731-1736, 1736-1742, 1743-1746, 1747-1750, 1751-1758, 1758-1772 e 1773-1787.

Acórdãos do Cabido Sede Vacante: 1703-1704, 17387-1740 e 1751-1752.

Livros do contador (vedor ou tesoureiro-mor) da fazenda: 1637, 1640 a 1646, 1651 a 1665, 1667 a 1676, 1678 e 1679, 1689, 1689 a 1698, 1700 a 1714 e 1716 a 1773.

Livro das rendas capitulares: 1619.

Livro dos relatórios do prebendeiro: 1692-1698.

Livros de receita e despesa de fábrica da Sé: 1630-1652, 1652-658 1658-1675, 1675-1691, 1691-1711, 1711-1745 e 1745-1771.

Papéis avulsos não numerados.

#### TT – ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO:

Casa Abrantes: L-N-1. N.º 2367, 2372, 2386, 2387; L-N-2. n.º 2401; L-N-3. n.º 2431; L-N-4, n.º 2433, 2436, 2437; L-N-6, n.º 2387, 2392, 2483, 2485, 2486, 2496, 2498, 2501 e 2506.

Casa Forte: Códice Cadaval.

Casa Fronteira: Pasta M-VIII-II; V-R-2, n.º 74 e 75.

Chancelaria D. Pedro II. Livro 34.

Corpo Cronológico: P. 2. M. 352, n.º 23, 79 e 250.

Conselho de Guerra, Consultas, 1705, M. 64 B.

Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, M. 663, n.º 7.

Inquisição:

Conselho Geral: Papéis avulsos, M. 7, n.º 2168, 2580, 2618, 2619 e 2620.

Évora: Códices 1303, 1305, 1295 e 1304 (Livros de visitas a navios, Faro, 1618-1657, 1662-1663, 1684-1727 e 1727-1754; Códice 1302 (Livros de visitas a navios, Vila Nova de Portimão, 1682-1746).

Códices n.º 382, 712, 1022, 1030 e 1033.

Livros de reduzidos: n.º 2.º (1663-1710), 3.º (1710-1737) e 4.º (1753-1811).

Processos n.º 21, 101, 403, 484, 970, 1363, 1460, 1544, 1597.1634, 2236, 2237, 2301, 2509, 2536, 2566, 2699, 2812, 2829, 2962, 3029, 3276, 3681, 4086, 4225, 4557, 4594, 4613, 4965, 5320, 5579, 5603, 5606, 5677, 5686, 5908, 5909, 6010, 6177, 6208, 6419, 6518, 6689, 6779, 7053, 7448, 8124, 8499, 8602, 8603, 9005, 9183, 9218, 9568, 9611, 9812, 10 015, 10 083, 10 105, 10 191, 10 353, 10 762, 10 828, 10 834, 11 012, 11 032 e 11 372.

Cadernos do Promotor: 5, 10, 11, 21, 22, 23, 30, 31, 32, 34, 41, 42, 45, 48, 49 e 54.

Ministério do Reino: M. 295, Cópia da conta que deu o corregedor de Lagos.

Junta do Comércio: M. 238, n.º 85, 93 e 98.

Livraria: Manuscrito n.º 870.

Memórias Paroquiais: Livros 1. Nº. 69 (Albufeira); n.º.51 (Alvor); 22, n.º.64 (Marmeleite); 23 n.º 173 (Monchique); 29, n.º 230 (Vila Nova de Portimão).

Registos Paroquiais: Faro-Faro-Portimão: Livros 1 de Mistos, 2 a 5 de Baptizados, 1 de Casamentos e 1 de óbitos.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal, desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, I, Lisboa, 1972.

## Diversos:

IPA – INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA:

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA NAUTICA: disponível em <http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans>.

LIMA, Abílio do Carmo, (Coord.); VENTURA, M. Graça; Piscarreta, Luís Miguel (1997), *Um olhar sobre Portimão*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.

## ESTUDOS

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos Do Reino Do Algarve Nos Séculos XVI e XVII, A «Descrição» de Alexandre Massaii (1612)*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1988.

IRIA, Alberto, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XV (Subsídios para a sua história) I 1404-1449*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600-1773*, Lisboa, Imprensa Universitária, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal, desde os tempos mais antigos ate ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*, Vol. I, Lisboa, Palas Editores, 1972.

MARQUES, Maria da Fraca Maia, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.